

Eleições de Policiais no Brasil e a força do “partido policial”

Renato Sérgio de Lima

A análise dos dados do Tribunal Superior Eleitoral relativos às eleições de 2010, 2012, 2014, 2016, 2018, compilados pelo CEPESPDATA, base do Centro de Estudos em Política e Economia do Setor Público, da FGV, e de 2020, compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, permite que façamos um Raio X do engajamento político-partidário dos profissionais da segurança pública, notadamente das Polícias Civil/Federal/PRF¹, Militar e, subsidiariamente, das Forças Armadas². Segundo esse levantamento, nas cinco eleições realizadas no país entre 2010 e 2018, e somando a de 2020, que será realizada em novembro deste ano, ao menos 25.452 policiais e membros das Forças Armadas³ candidataram-se a cargos de natureza eletiva no Brasil (1,6%

do total de candidaturas no Brasil no mesmo período). Desses, 1.860, conseguiram efetivamente se eleger entre 2010 e 2018.

Se considerarmos que, de acordo com o relatório sobre os Grandes Números IRPF – Ano-Calendário 2018, Exercício 2019, produzido pela Receita Federal, temos 5.605.466 policiais e membros das Forças Armadas, ativos e inativos, que pagaram Imposto de Renda em 2018, é possível supor que os 25.452 candidatos tenham na grande quantidade de integrantes de suas carreiras a sua principal base eleitoral. Ao mesmo tempo, o número de integrantes das forças de segurança cresceu significativamente, sobretudo entre os inativos, e nos ajuda a compreender os movimentos destas categorias profissionais.

1. A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, inspetor, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.

2. A inclusão de integrantes das Forças Armadas/Militares Reformados na análise é devida ao fato de que, em muitos casos, os cargos e/ou nomes das urnas usados pelos candidatos serem os mesmos dos da Polícia Militar, como “Coronel”, “Capitão”, entre outros.

3. É possível que policiais que tenham concorrido sem se identificar nos campos “nome da urna” e/ou “ocupação” enquanto tal existam mas não foram considerados nesta análise.

QUADRO 02: EFETIVOS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA E RELAÇÃO AO NÚMERO DE ELEITORES DO PAÍS; EFETIVOS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS E DE JUÍZES BRASIL – 2009-2018

Ano	Aposentado, militar res. ou refor., pens. prev.	Aposentado, militar refor. ou pens. prev. com moléstia grave	Policiais Cívics. Federais, PRF	Policiais Militares	Bombeiro Militar	Militar da Aeronáutica	Militar da Marinha	Militar do Exército	Subtotal	Número de Eleitores Aptos a Votar ⁽¹⁾	Percentual de Eleitores das Forças de Segurança
2018	4.312.755	387.850	130.174	462.431	69.136	50.554	70.423	122.143	5.605.466	147.306.275	3,81
2017	4.057.888	370.732	128.997	462.110	69.044	48.661	68.038	119.261	5.324.731	-	-
2016	3.751.539	347.903	129.051	462.833	68.335	48.533	65.437	114.912	4.988.543	146.470.725	3,41
2015	3.558.778	335.677	128.021	461.380	67.686	48.696	64.067	110.635	4.774.940	-	-
2014	3.437.099	324.168	128.338	460.549	67.257	46.685	62.614	108.227	4.634.937	142.822.046	3,25
2013	2.615.244	235.815	124.919	435.277	63.597	44.973	59.194	104.288	3.683.307	-	-
2012	2.751.678	250.690	124.885	430.061	61.967	44.517	58.354	102.808	3.824.960	140.646.446	2,72
2011	2.835.942	259.549	123.607	412.413	58.350	44.466	57.235	104.266	3.895.828	-	-
2010	2.901.761	267.417	122.243	394.177	55.526	44.635	55.926	104.815	3.946.500	135.804.430	2,91
2009	3.044.019	280.945	119.901	389.817	54.247	45.739	55.520	106.997	4.097.185	-	-

Fonte: Fonte: Relatório dos Grandes Números do Imposto de Renda Pessoa Física; Tribunal Superior Eleitoral - TSE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

(1) Posição de outubro de cada ano.

Em 2010, apenas os militares e policiais que pagaram imposto de renda equivaliam a 2,9% do eleitorado brasileiro. Já em 2018, esse percentual cresce 30,9% e atinge 3,8%, com destaque para o crescimento dos militares inativos, que cresceu 41,7% no período entre 2009 e 2018. Esse número, por si só, já chama muito a atenção e explica a importância das forças de segurança para o processo eleitoral no país. Agora, se multiplicarmos esse total pelo número médio de família do SIDRA/IBGE, que era de 3,3, em 2008, último dado disponível, teremos algo como 18,5 milhões de pessoas diretamente ligadas à “família policial” – pessoas que já votam ou que ajudam a irradiar percepções e representações sociais disseminadas nestas categorias sobre os rumos e sentidos da política. Em termos mais específicos sobre as candidaturas de profissionais das forças de segurança, percebemos que, na média, 5,5% dessas candidaturas eram de mulheres e 94,5% de homens. Porém, entre os policiais eleitos, a média de mulheres eleitas cai pela metade e atinge 2,15% do total das candidaturas de policiais que conseguiram se eleger. Há uma maior participação

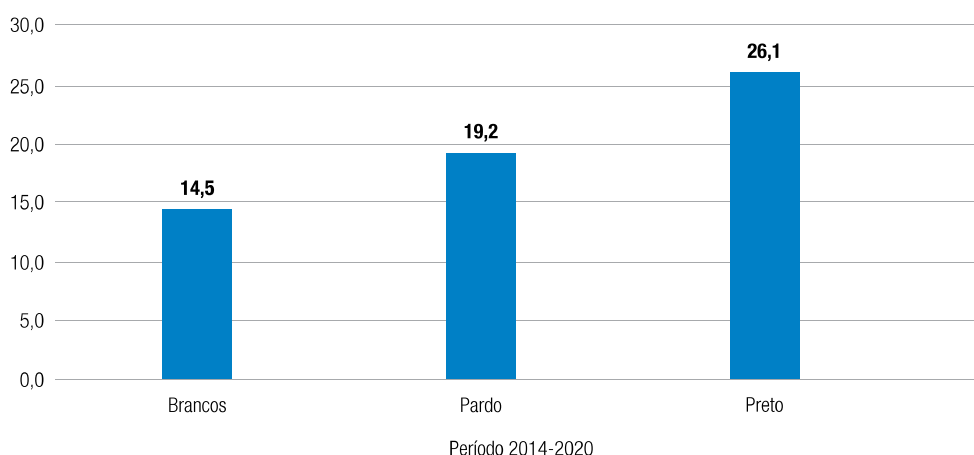
de mulheres entre os policiais civis que se candidataram no período, com 8,4% do total (5,3% entre os eleitos), mas ainda inferior à proporção de mulheres no total dos efetivos destas corporações no Brasil, que é 26,6% segundo a pesquisa Perfil das Instituições Policiais, do MJSP. Já as policiais militares, que são 11,2% do efetivos das PM no país, representaram, na média do período, 5,8% do total de PM candidatos e de 1,5% dos eleitos. Já entre as Forças Armadas e Militares Reformados, só 2% das candidaturas foram de mulheres e apenas 1 delas, o que representa menos de 0,05% do total de candidaturas dessas carreiras, foi eleita. Nota-se, portanto, um forte componente de gênero que sub-representa as mulheres entre as candidaturas policiais e, a título de hipótese, que infelizmente escapa do escopo deste texto, seria importante verificar se há diferença no financiamento entre candidaturas de policiais homens e mulheres que poderia privilegiar os primeiros em detrimento às segundas.

Já dados sobre cor/raça dos candidatos só passaram a ser disponibilizados pelo TSE a partir de 2014. Nesse caso, os poli-

ciais brancos representaram 45,6% de todos os policiais que disputaram eleições; os pardos, 42,4%; e os pretos, 10,8% de todas as candidaturas nas eleições de 2014, 2016, 2018 e 2020. No entanto, quando se analisa a cor/raça dos policiais eleitos no período 2014-2020, nota-se que os brancos somam 54,2% do total; os pardos, 37,9%; e os pretos, 7,1%. Isso faz com que, para cada policial branco eleito, houve entre

2010 e 2018 uma razão de 14,5 candidatos brancos. Já entre os policiais pardos, para cada policial eleito houve 19,2 candidatos. E entre os pretos essa razão é ainda maior, ou seja, para cada policial preto eleito, 26,1 candidatos pretos tentaram se eleger. Dito de outra forma, policiais brancos têm um esforço 44,6% e 24,8% menor para se elegerem do que policiais pretos e pardos, respectivamente.

GRÁFICO 42: RAZÃO ENTRE NÚMERO POLICIAIS CANDIDATOS E DE ELEITOS, SEGUNDO RAÇA/COR BRASIL – 2014-2020



Fonte: CEPESPDATA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com base em dados do TSE

Entre as razões para essa sobrerrepresentação de policiais brancos, é importante destacar que, como será exposto mais abaixo, as polícias civis, que tradicionalmente têm efetivos de policiais pardos e pretos bem menores do que as polícias militares, são as que conseguiram eleger, proporcionalmente, mais representantes entre 2010 e 2018. Isso para não dizer da dificuldade de reconhecimento da questão racial entre as polícias, cujas identidades são construídas muito mais pelos aspectos profissionais e sociais.

E, já que as polícias possuem uma distribuição racial diferente, é interessante notar que esse fato associa-se a outro, que é influência dos grandes temas da agenda nacional na determinação do comportamento dos eleitores. Ou seja, em uma análise temporal, percebe-se que, em 2010, ano em que a economia brasileira teve um crescimento de 7,5% em seu PIB (Produto Interno Bruto), apenas 2,6% dos policiais candidatos conseguiram êxito e foram eleitos. Mais do que

isso, até 2010, com o cenário macroeconômico positivo, havia um horizonte de medidas federais de caráter incremental que, em maior ou menor grau, atendiam demandas corporativas e setoriais. Entre 2001 e 2003, o Fundo Nacional de Segurança Pública havia sido criado e, posteriormente, ampliado para contemplar investimentos em municípios. Em 2004, as bases do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública) são lançadas – que só foi oficialmente aprovado em 2018. Em 2008 foi criado o Pronaspi (Programa de Segurança Pública com Cidadania), que fez o maior aporte de recursos financeiros e materiais da história do investimento federal na cooperação com os entes subnacionais em matéria de segurança pública, incluindo bolsas para policiais que estivessem matriculados em cursos oferecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). E, em 2009, a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – CONSEG, foi realizado e ampliou as expectativas dos profissionais da área de que mudanças efetivas ocorreriam.

Não obstante o ambiente político-institucional de 2010 caminhar para a formação de uma conjuntura crítica, onde mudanças têm força para anular trajetórias de dependência, Dilma Rousseff assumiu o governo em um momento em que os projetos sub-nacionais como o Pacto pela Vida ou as UPP começavam a perder força e os índices criminais apontavam para um forte movimento ascendente, cujo pico se deu entre 2016 e 2017, com cerca de 65 mil Mortes Violentas Intencionais. Os resultados ruins e a crise econômica tensionavam a força da ideia de integração e, em uma decisão que julgo equivocada e baseada em uma visão estreita de que segurança pública é matéria estadual, a gestão Dilma Rousseff desmontou as estruturas federais criadas entre 2001 e 2009 e focou seus esforços na segurança em investimentos focados na organização dos grandes eventos que marcaram a década passada (Olimpiadas, Marcha Mundial da Juventude, Copa do Mundo da Fifa, entre outros).

Como efeito colateral desta decisão e como opção política de resposta às crises na segurança pública no país, o Governo Federal acabou por reaproximar os militares das Forças Armadas da área e promoveu, com inúmeras GLO (Garantia da Lei e da Ordem), um ciclo de remilitarização da segurança pública que, depois, foi explorado pela oposição ao PT e teve papel central no fortalecimento do insulamento das instituições policiais e na dissipação dos esforços feitos na década de 2000 para integrar e coordenar ações e políticas públicas. É fato que, sozinha, a opção feita pela gestão Dilma Rousseff não explica e/ou é a responsável pela conjuntura da segurança pública, muito pelo contrário. Estamos diante de uma área profundamente perpassada por múltiplos interesses e dilemas. Porém, em termos de análise política, é interessante identificar seus movimentos, pois são eles que darão suporte a muitos dos argumentos públicos dos que irão se candidatar a cargos eletivos e ocupar essas mesmas posições de Poder. Se antes havia contrapontos políticos que sinalizavam prioridade para as forças policiais, agora não mais e a segurança pública foi se tornando cada vez mais um território hostil para propostas externas de mudança, especialmente aquelas vindas dos espectros ideológicos de esquerda e centro-esquerda.

Não à toa, em termos eleitorais, em 2018, a proporção de policiais eleitos foi três ve-

zes maior do que em 2010, de 7,9%, mas inferior ao pico de 11,8% obtido em 2016, ano marcado pelo Impeachment da presidente Dilma Rousseff, pela profunda crise econômica e pelo ápice da Operação Lava-Jato, que colocaram o Partido dos Trabalhadores no corner e viabilizaram a eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República. O que os dados do TSE sugerem é que policiais tendem a ser mais eleitos em contextos de crises e de reversão de expectativas não apenas no ambiente econômico mas de prioridades e ideologias políticas. No caso da segurança pública, o crescimento do fenômeno dos policiais na política precisa ser matizado pelos múltiplos movimentos do campo, mas também precisa ser lido pela construção de uma narrativa que tem conseguido resumir a política à guerra contra o mal, na qual os policiais são vistos como os guerreiros que irão repor a ordem, a moral e os bons costumes. E, de forma adicional, guerreiros injustiçados e desvalorizados pelos “governos de esquerda”.

Nesse processo, vemos que, em termos proporcionais, foram os delegados, mais associados às investigações sobre corrupção, e demais policiais civis e federais, que obtiveram mais êxito nas urnas em 2016, quando 16,7% desse grupo de candidatos foram eleitos. As Polícias Civis e Federal, nas cinco eleições analisadas, são as que possuíam maior relação entre profissionais delas oriundos candidatos e eleitos (15,1% no período). A menor relação entre candidatos e eleitos se dá entre os Bombeiros Militares, que só conseguiram eleger 4,4% dos seus representantes nas urnas. Os dados de 2016 mostram ainda que, considerando que este foi um ano de eleições municipais, de escolha de prefeitos e vereadores, o debate nacional teve forte influência na eleição de policiais e que foram os policiais civis que mais bem souberam traduzi-lo até agora para as demandas locais da população.

Contudo, em sentido inverso, um detalhe chama a atenção, os candidatos egressos das fileiras das polícias militares estaduais ganharam espaço, mas em proporção distinta e reveladora de nuances de posicionamento. Se olharmos 2012 e 2016, os anos de eleições municipais, houve um crescimento moderado na proporção entre policiais militares candidatos e eleitos, da ordem de 7% entre os dois pleitos. Entre 2010, 2014 e 2018, anos de eleições gerais, há um crescimento de 11,2% de 2010 para

2014 e, desse último para 2018, de 126,5%. Dito de outro modo, mesmo com as polícias civis e federal ainda obtendo mais êxito em eleger integrantes de seus quadros, as polícias militares estão sabendo, sobretudo após 2016, ano de profunda reversão simbólica na política, como já frisado, explorar o momento de crise econômica e o debate nacional em torno da agenda de costumes para crescerem a taxas bastante acentuadas em termos de representatividade. Também é importante destacar que são nas eleições gerais que são escolhidos os deputados estaduais, que exercem um papel relevante de interlocução com a “família policial” e com os seus interesses mais imediatos como salários, planos de alimentação e saúde. As Assembleias Legislativas são estratégicas para o fortalecimento do “Partido Policial”.

E, deste modo, parece existir uma inflação no sucesso de narrativas, que o pleito de 2020 irá ou não confirmar, pelo qual as candidaturas de policiais estariam tendo mais êxito em bandeiras que migram do combate à corrupção e do debate sobre a eficiência do sistema de segurança e justiça para pautas corporativistas, mas, sobretudo, para a manutenção da ordem e para a agenda de costumes, o que justificaria o maior crescimento da proporção de policiais militares eleitos.

E ao falar de ordem, os policiais candidatos brasileiros estariam repondo um dos principais dilemas acerca da atividade policial em contextos democráticos no mundo. Jerome H. Skolnick, em seu livro “Justice Without Trial: law enforcement in democratic society”, originalmente publicado há 54 anos atrás, em 1966, e com quarta edição atualizada em 2011, parte da experiência com as polícias dos EUA para dizer que duas forças por vezes antagonizadas interagem para a definição da legitimidade democrática da ação policial. De um lado, a ideia de ordem defendida pela ideologia burocrática, que enfatiza a importância da eficiência operacional e da capacidade de iniciativa e da autonomia dos policiais, que se retroalimenta das demandas sociais por maior controle dos índices de criminalidade. Por outro lado, como pressuposto operacional, a exigência de aderência ao respeito irrestrito das normas do Estado de Direito e aos direitos individuais de todos os cidadãos impõe limites e constrangimentos à atividade policial cotidiana.

Diante desta tensão, em não poucas vezes os limites legais ao uso da força e à forma de se escolher crimes e criminosos que serão investigados são vistos por parcelas de policiais e da população como incentivadores de desordem e de violência e provocam reações contrárias. A fronteira entre limites legais e autonomia operacional vira o palco de disputas ideológicas e políticas-partidárias; vira palco de disputas de saberes e de reivindicações da especialização e da prerrogativa de definir os limites conceituais na segurança pública. E, com isso, reforça-se um quadro que confere ainda mais ênfase ao antagonismo entre, exatamente, garantia de direitos humanos e controle do crime.

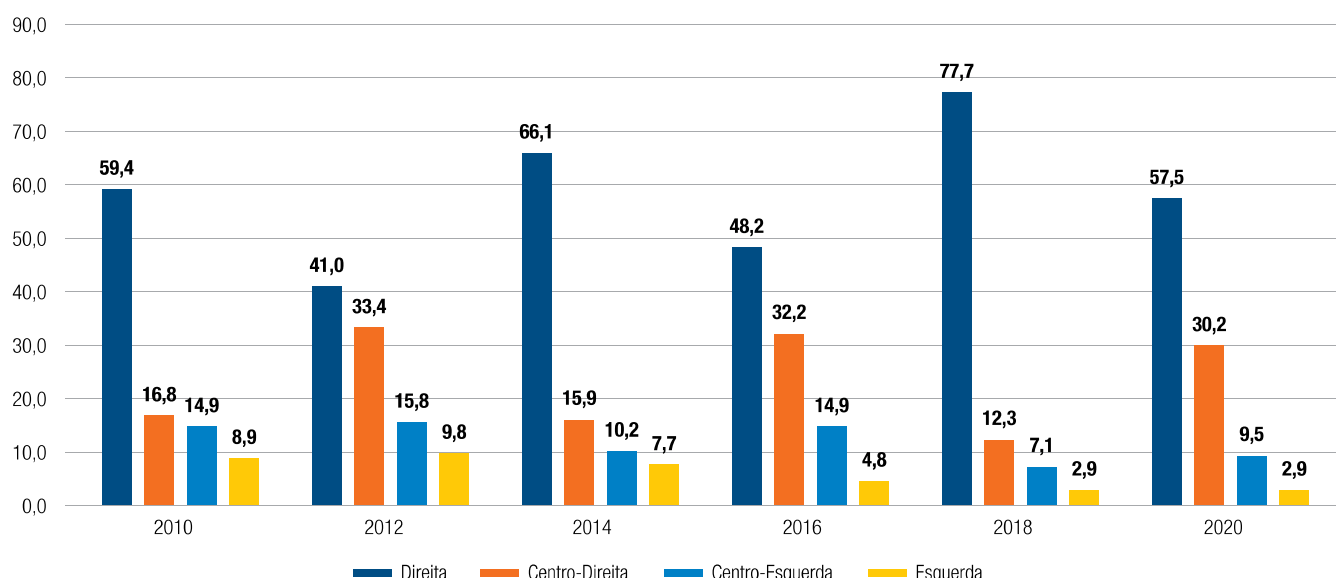
O foco político dos candidatos ligados à segurança pública desloca-se para a defesa da ideia de enfraquecimento das travas legais impostas aos policiais e para a liberdade de eles próprios determinarem a legitimidade da narrativa e das ações que estruturam as representações sociais acerca dos rumos e sentidos das políticas de segurança pública e de administração de conflitos de uma sociedade – a exemplo da defesa por parte de Jair Bolsonaro da ampliação da excludente de ilicitude, que tomou conta do noticiário político da área em 2019, para todas as mortes decorrentes de intervenção policial, independentemente de investigação sobre a legitimidade dos fatos geradores de tais mortes e o controle da legalidade feito pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.

Frente a esse dilema, historicamente esse antagonismo e/ou dicotomia entre manutenção da ordem e controle do crime, de um lado, e garantia de direitos civis e humanos, por outro, tem sido traduzido de diversas maneiras entre diferentes nações democráticas. Porém, um dos substratos derivados desse processo é comum a todos eles: os integrantes de organizações policiais tendem, em sua maioria, a se identificar com posições mais conservadoras da sociedade e verem mudanças sociais e ampliação de direitos com maior desconfiança e contrariedade. Uma pesquisa com a polícia do Reino Unido, de Robert Reiner, na década de 1970, indicou que 80% dos policiais ingleses à época se descreviam como conservadores. E, dentre estes, 18% manifestavam-se associados às posições da extrema-direita que hoje, por exemplo, poderiam ser sintetizadas como contrárias às pautas LGBTI+ e de refutação do racismo estrutural.

Dessa constatação nasce outra, ou seja, a realidade brasileira é muito parecida com a Inglaterra de 50 anos atrás. Segundo os dados do TSE, se agregarmos as agremiações partidárias⁴ em que policiais concorreram nas eleições ocorridas entre 2010 e 2018 nas categorias esquerda⁵, centro-esquerda⁶, centro-direita⁷ e direita⁸, veremos que, em média, 81,8% dos profissionais das forças de segurança do país que concorreram du-

rante as eleições no período analisado o fizeram por partidos de direita e centro-direita, tradicionalmente mais vinculados às bandeiras conservadoras da sociedade⁹. E, analisando o gráfico 1, constatar-se-á que o ápice da associação de candidatos policiais com partidos à direita do espectro político foi em 2018, quando 89,9% desses profissionais concorreram a cargos públicos por tais agremiações.

GRÁFICO 43: PROPORÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA POR ESPECTRO POLÍTICO-IDEOLÓGICO (BRASIL – 2010-2020)



Fonte: CEPESDATA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com base em dados do TSE.

Agora, considerando as candidaturas de 2020, há um sinal de movimentos de acomodação nas placas tectônicas que sustentam o “partido policial”. Se, em 2018, houve uma explosão de candidaturas por partidos de direita, neste pleito há o crescimento de candidaturas de centro-direita, o que pode

ser lido como a volta do protagonismo de “centrão”. E a escolha do Desembargador Kássio Nunes Marques para o STF, pelo Presidente Jair Bolsonaro, seria mais uma evidência da volta deste protagonismo. De uma forma ou de outra, a Lava Jato perdeu apelo e os policiais candidatos parecem se

4. Siglas que mudaram de nome estão duplicadas para manter a nomenclatura de cada pleito

5. PC do B; PCB; PSOL; PSTU; E PT.

6. PDT; PSB; PV; E REDE.

7. DEM; MDB; PP/PROGRESSISTAS; PPS/CIDADANIA; PSD E PSDB.

8. AVANTE, DC, NOVO, PATRI, PATRIOTA, PEN, PHS, PL, PMB, PMN, PODE, PPL, PR, PRB, PROS, PRP, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PT do B, PTB, PTC, PTN, REPUBLICANOS, SD, SOLIDARIEDADE.

9. Pesquisa divulgada em agosto de 2020 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, feita em parceria com a empresa Decode, observou que 12% de policiais militares, 7% de policiais civis e 2% de policiais federais que possuem contas nas redes sociais e interagem publicamente em grupos e páginas do Facebook compartilham conteúdos explicitamente anti-democráticos e de defesa das pautas de ultradireita do bolsonarismo (ver https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/politica-e-fe-entre-os-policiais-militares-civis-e-federais-do-brasil/)

realinharem à lógica da realpolitik conservadora vigente até 2016.

Em sentido oposto, o melhor desempenho de agremiações de esquerda e centro-esquerda ocorreu em 2012, quando 25,6% dos policiais candidatos às eleições municipais daquele ano concorreram por partidos desse espectro político-ideológico. No gráfico 1, também é válido notar que, em 2018, os partidos à esquerda conquistaram menos policiais candidatos para as suas fileiras, quando apenas 10,1% dos policiais candidatos concorreram filiados a um desses partidos e Jair Bolsonaro foi eleito com um discurso de ultradireita estruturado na promessa de ordem, criminalização da esquerda/movimentos sociais e de conservadorismo nos costumes. Em 2020, este percentual sobe ligeiramente e atinge 12,4% do total de candidaturas.

Mas se a propensão à adesão dos policiais candidatos aos partidos de direita e centro-direita é um fato incontestável pelos dados analisados, isso não significa que o esforço subnacional seja homogêneo e/ou não esteja influenciado pelas dinâmicas locais e padrões operacionais específicos de cada corporação policial. Para se ter um parâmetro de esforço, calculou-se, neste texto, a razão entre candidatos e eleitos para São Paulo e Rio de Janeiro. No caso paulista, em 2010, para cada policial eleito havia 35 policiais candidatos. Já em 2018, o esforço para eleger policiais em São Paulo caiu para menos de 1/3 daquele de 2010 (1 policial eleito para 10 candidatos). Já no Rio de Janeiro, para cada policial eleito em 2010 havia 92,5 candidatos. E, em 2018, esse esforço caiu 5.6 vezes e atingiu a razão de 16,3 policiais candidatos para cada 1 eleito. Mesmo assim, o Rio de Janeiro ainda exige 66% de esforço político adicional em relação a São Paulo para um policial se eleger para cargos políticos.

Em 2020, o que chama a atenção é que, ao invés de se reaproximarem do universo policial e realizarem um trabalho de base e formação política que pudesse rivalizar com a narrativa de centro-direita e direita, partidos de esquerda buscaram lançar alguns candidatos policiais a prefeito e vice-prefeito que gozam de prestígio social em suas cidades, como Rio de Janeiro e/ou Bahia, para fazerem contraponto ao discurso conserva-

dor. Mas, o que não fica claro é que tais profissionais, por mais bem qualificados e sérios que sejam, não têm vínculos orgânicos e históricos com tais agremiações e a probabilidade de ruídos e/ou estranhamentos não é pequena caso eleitos, como aconteceu com o Cabo Daciolo, eleito originalmente pelo PSOL. Na lógica partidária, o cenário de afastamento político institucional da segurança pública das pautas de esquerda parece não ter sido reconhecida e insiste-se em modelos que tangenciam os problemas estruturais, e não avançam em propostas capazes de oferecer alternativas que provoquem ressonância entre os profissionais da área. No limite, seja para um lado ou para outro, o 'partido policial' amplia espaços.

Seja como for, como detalha texto recente de Amanda Rossi para o Boletim Fonte Segura¹⁰, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o panorama até aqui descrito é facilitado pela inexistência de grandes barreiras entre os universos policial e político e pela apropriação partidária das lideranças e das bandeiras dos mais de 700 movimentos grevistas mapeados por José Vicente Tavares do Santos de 1997 até agora, a exemplo do motim da Polícia Militar do Ceará, em fevereiro deste ano. Diante de nas últimas três décadas não terem sido feitas reformas substantivas da segurança pública, mesmo com esse movimento intenso e cada vez maior de transição de policiais para a política, fica a questão sobre até que ponto a realidade aqui traçada com base nos números do TSE significa a incorporação efetiva dos policiais enquanto sujeitos de direitos da ordem democrática e/ou ela descreve um cenário no qual a demanda destes trabalhadores por melhores condições de vida está servindo, tão somente, de estratégia eleitoreira de alguns indivíduos e de reforço de corporativismos que vetam mudanças e melhorias.

Ao contrário dos integrantes do Ministério Público ou do Poder Judiciário que precisam abrir mão de suas carreiras, caso queiram se candidatar, a legislação brasileira permite que policiais disputem eleições sem a necessidade de saírem de suas carreiras nas polícias e/ou estejam sujeitos a regras de transição. A autorização para militares das Forças Armadas ou das Polícias Militares com mais de dez anos de serviço concorrerem às eleições, sem precisar renunciar ao

10. <https://fontesegura.org.br/news/46>

posto militar, está prevista na Constituição de 1988. Só devem renunciar se forem eleitos, entrando automaticamente para a reserva. Já os militares com até dez anos de serviço precisam se afastar permanentemente do posto antes de se candidatar. Já em outros países, a participação de membros de forças de segurança nas eleições é mais limitada ou, mesmo, proibida. Chile, Estados Unidos, França, Inglaterra e Portu-

gal têm regras para impedir candidaturas de militares ou policiais. Apenas Alemanha e Canadá assemelham-se ao Brasil e permitem que policiais possam se candidatar a cargos eletivos. No caso norte-americano, por exemplo, nenhuma polícia que receba recursos federais pode permitir que seus integrantes saiam candidatos sem antes demitirem de seus postos os policiais interessados na política.

QUADRO 03: LEGISLAÇÕES SOBRE CANDIDATURAS DE POLICIAIS PARA CARGOS ELETIVOS

País	É preciso deixar o posto para se candidatar?	Há exceções?
Chile	Sim	-
Inglaterra	Sim	-
Estados Unidos	Sim	-
França	Sim	Membros de forças de segurança só não podem se candidatar para cargos eletivos nas regiões onde desempenham suas atividades.
Portugal	Sim	Os membros da Polícia de Segurança Pública, instituição civil, podem se candidatar. Militares e forças militarizadas da ativa não.
Alemanha	Não	-
Canadá	Não	-
Brasil	Não	Militares e policiais militares com menos de dez anos de serviço precisam se afastar definitivamente do cargo para concorrer. Os com mais de dez anos de serviço e os policiais civis e federais não.

Fonte: Rossi, 2020.

Para concluir, as características e as preferências político-ideológicas dos policiais candidatos e eleitos a cargos eletivos no Brasil entre 2010 e 2020 ajudam a dar os contextos estrutural e conjuntural que configuram o fenômeno que envolve policiais candidatos. Até porque, um projeto de reforma da segurança pública, seja ele conservador e/ou progressista, só terá êxito se propor alterações capazes de romper com a inércia de um sistema de vetos perfeitos em que todos têm poder de paralisar as propostas alheias mas não têm força para mudar o atual cenário.

Se considerarmos a arquitetura institucional que organiza a segurança pública no país, veremos que o modelo é praticamente o mesmo desde os anos do período 1967-69, quando a Ditadura Militar criou um sistema que produz um amálgama entre defesa nacional, segurança interna e atividade policial que militarizou o controle do crime e a manutenção da ordem. O fato é que muitas das normas que regulam as polícias não foram modernizadas e/ou alteradas à luz da Constituição de 1988 e um quadro de dissonâncias e sobreposições legais e normativas reduz o problema da área à esfera moral de condutas

e comportamentos individuais dos policiais, sem transformá-lo em um problema de política pública. Nestes 32 anos pós Constituição, nenhuma força política e/ou institucional compeliu a segurança pública a mudar de rumos ou conduziu um processo de atualização e reforma das polícias no país.

De um lado, é possível pensar que a manutenção do quadro de dissonâncias legais e o não atendimento de demandas legítimas por melhores condições de vida, trabalho e salário dos policiais, enfraqueceram os poucos e tímidos projetos de mudança da arquitetura institucional da segurança pública tentados na Década de 2000. A força das trajetórias de dependência e/ou de culturas organizacionais profundamente opacas e focadas na eficiência operacional da imposição de padrões de confronto violento e de manutenção da ordem foi maior do que a prioridade dada pelos governos de esquerda para a área, sobrepondo-se à força de mudança e afastando-os ainda mais de milhares de profissionais que atuam na área.

Por outro lado, se quisermos romper com este equilíbrio perverso, onde todos perdem, será preciso criar uma ação de modernização de maior intensidade do que as que hoje garantem a manutenção do status quo existentes; que superem as medidas incrementais propostas até aqui e/ou as disputas corporativistas que paralisam. Ain-

da mais quando o discurso “antissistêmico” do bolsonarismo turva as fronteiras entre o conservadorismo político legítimo que tende a conquistar corações e mentes dos policiais – e de seus representantes candidatos – e o reforço de tentações autoritárias reacionárias, violentas e antidemocráticas, que não podem ser toleradas.

Os episódios recentes da Alemanha¹¹ e da França¹², que detectaram e agiram para conter movimentos extremistas formados por policiais e ex-policiais desses dois países, mostram a importância estratégica de se cobrar controles democráticos daqueles que representam a face mais forte do Estado. Mas, para isso, o debate sobre segurança pública precisa desarmar a armadilha a qual ele próprio se deixou ser capturado. Afinal, como já frisei, a questão da segurança não é moral, exclusivamente afeita aos comportamentos e condutas dos policiais individualmente. É um tema de política pública e, enquanto tal, temos a obrigação ética e legal de alinhá-lo aos pressupostos do Estado Democrático de Direito inaugurado pela Constituição de 1988. Uma reforma da área precisa estabelecer divisas mais explícitas entre polícia e política e, sobretudo, nos pressiona a focar menos no policial e mais nos padrões operacionais e na arquitetura legal que lhes dão suporte¹³.

11. <https://oglobo.globo.com/mundo/alemanha-suspende-29-policiais-acusados-de-compartilhar-material-nazista-24643299>.

12. <https://www.dw.com/pt-br/milhares-protestam-contraviol%C3%Aancia-policialem-paris/a-53788390>

13. *Arquitetura esta que contempla, segundo balanço feito em outro texto, mais de 1.400 organizações públicas diferentes e cujas atividades têm impacto direto na capacidade do Estado em prover segurança pública e responder com efetividade democrática aos desafios postos pelo crime, pelo medo e pela violência (ver http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000200053&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt).*

Renato Sérgio de Lima é Diretor-Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Professor do Departamento de Gestão Pública da FGV EAESP



Eleições e segurança pública

TABELA 54

Número de integrantes de Forças de Segurança candidatos e de eleitos
Brasil e Unidades da Federação – 2010-2020

Ocupação	2010		2012		2014		2016	
	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos
Total	1.037	27	7.486	848	1.161	40	7.041	829
Polícia Civil/Federal/Rodoviária Federal ⁽⁴⁾	157	6	1.225	204	181	12	1.189	199
Polícia Militar	561	17	4.249	450	653	22	3.832	434
Bombeiro Militar	74	0	478	25	136	1	502	29
FFAA	245	4	1.534	169	191	5	1.518	167

Continua

Fonte: FGV CEPESDATA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna, podendo existir diferenças entre as carreiras militares, que utilizam os mesmos postos e patentes (...). Informação não disponível.

(1) Os dados de 2020 tem como última atualização a base de 30 de setembro de 2020 às 12:30h.

(2) Exceto 2020.

(3) Um candidato consta como ocupação não informada.

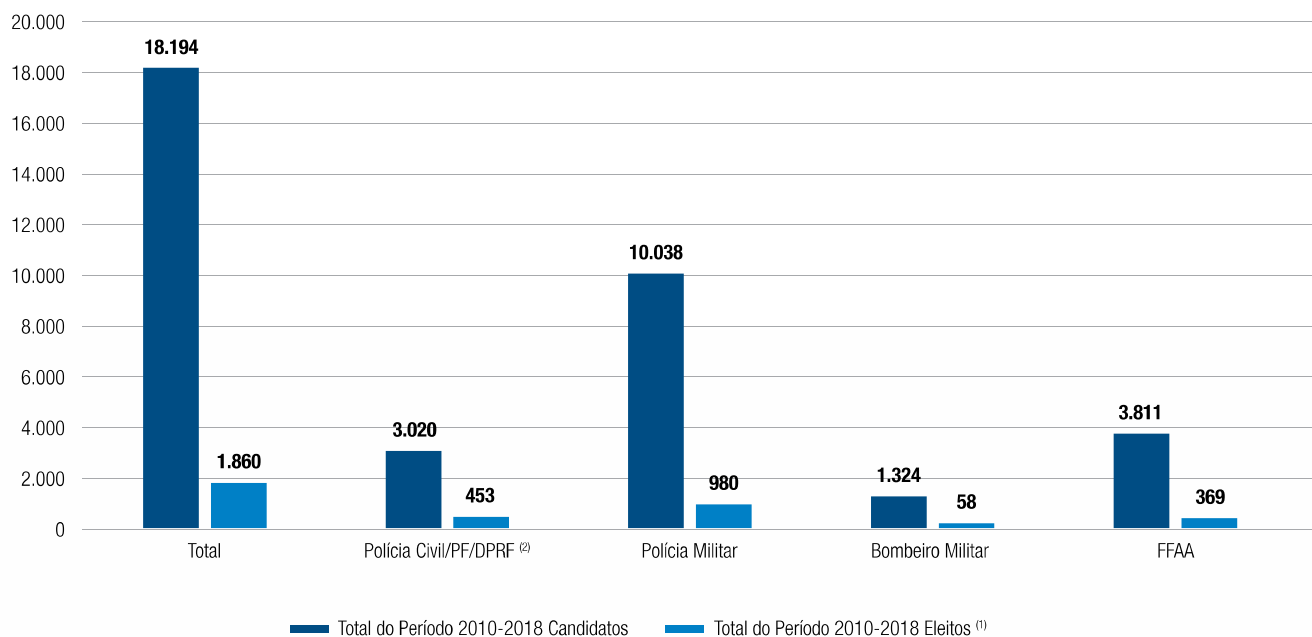
(4) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.

Ocupação	2018		2020 ⁽¹⁾		Total do Período	
	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos ⁽²⁾
Total	1.469	116	7.258	...	25.452	1.860
Polícia Civil/Federal/Rodoviária Federal ⁽⁴⁾	268	32	1.080	...	4.100	453
Polícia Militar	743	57	3.910	...	13.948	980
Bombeiro Militar	134	3	345	...	1.669	58
FFAA	323	24	1.923	...	5.734	369

GRÁFICO 44

Profissionais das Forças de Segurança Candidatos e Eleitos

Brasil – 2010-2018



Fonte: FGV CEPESPDATA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna, podendo existir diferenças entre as carreiras militares, que utilizam os mesmos postos e patentes

(1) Considera os eleitos nos pleitos de 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018.

(2) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.

TABELA 55

Percentual de integrantes de Forças de Segurança eleitos em relação ao total de candidatos destas categorias
Brasil – 2010-2020

Ocupação	Percentual de Eleitos						
	2010	2012	2014	2016	2018	2020	PERÍODO
Total	2,6	11,3	3,4	11,8	7,9	...	7,3
Polícia Civil/Federal/Rodoviária Federal ⁽¹⁾	3,8	16,7	6,6	16,7	11,9	...	11,0
Polícia Militar	3,0	10,6	3,4	11,3	7,7	...	7,0
Bombeiro Militar	0,0	5,2	0,7	5,8	2,2	...	3,5
FFAA	1,6	11,0	2,6	11,0	7,4	...	6,4

Fonte: FGV CEPESPDATA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna, podendo existir diferenças entre as carreiras militares, que utilizam os mesmos postos e patentes

(...) Informação não disponível.

(1) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.

TABELA 56
Número de integrantes de Forças de Segurança candidatos, segundo gênero
Brasil – 2010-2020

Ocupação	2010		2012		2014		2016	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	65	972	294	7.192	153	1.008	320	6.721
Polícia Civil/Federal/Rodoviária Federal ⁽²⁾	22	135	90	1.135	18	163	92	1.097
Polícia Militar	35	526	167	4.082	103	550	169	3.663
Bombeiro Militar	6	68	19	459	27	109	30	472
FFAA	2	243	18	1.516	5	186	29	1.489

Continua

Fonte: FGV CEPESPDATA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna, podendo existir diferenças entre as carreiras militares, que utilizam os mesmos postos e patentes

(1) A soma da coluna do total de homens da coluna totaliza 1.318 em razão de um caso não ter sido identificado na base de forma desagregada nas categorias, mas apenas no total do período.

(2) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.

Ocupação	2018		2020		Total do Período	
	Mulheres	Homens ⁽¹⁾	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	150	1.319	409	6.849	1.391	24.061

Polícia Civil/Federal/Rodoviária Federal ⁽²⁾	31	237	93	987	346	3.754
Polícia Militar	84	659	256	3.654	814	13.134
Bombeiro Militar	20	114	12	333	114	1.555
FFAA	15	308	48	1.875	117	5.617

TABELA 57
Número de integrantes de Forças de Segurança eleitos, segundo gênero
Brasil – 2010-2018

Ocupação	2010		2012		2014		2016	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	-	27	14	834	3	37	15	814
Polícia Civil/Federal/Rodoviária Federal ⁽¹⁾	-	6	10	194	3	9	6	193
Polícia Militar	-	17	4	446	-	22	9	425
Bombeiro Militar	-	0	-	25	-	1	-	29
FFAA	-	4	-	169	-	5	-	167

Continua

Fonte: FGV CEPESPDATA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna, podendo existir diferenças entre as carreiras militares, que utilizam os mesmos postos e patentes

(1) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.

(-) Fenômeno inexistente.

Ocupação	2018		Total do Período	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	8	108	40	1.820
Polícia Civil/Federal/Rodoviária Federal ⁽¹⁾	5	27	24	429
Polícia Militar	2	55	15	965
Bombeiro Militar	-	3	-	58
FFAA	1	23	1	368

TABELA 58
Número de integrantes de Forças de Segurança candidatos segundo Cor/Raça
Brasil – 2014-2020

Ocupação	2014					2016				
	Amarelos	Branços	Indígenas	Pardo	Preto	Amarelos	Branços	Indígenas	Pardo	Preto
Total	4	526	-	516	115	25	3.224	14	3.042	736
Polícia Civil/Federal/Rodoviária Federal ⁽²⁾	2	112	-	50	17	7	653	3	437	89
Polícia Militar	2	268	-	317	66	14	1.611	8	1.784	415
Bombeiro Militar	-	56	-	70	10	-	244	1	195	62
FFAA	-	90	-	79	22	4	716	2	626	170

Continua

Fonte: FGV CEPESDATA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE.

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna, podendo existir diferenças entre as carreiras militares, que utilizam os mesmos postos e patentes

(1) A soma da coluna do total de homens da coluna totaliza 1.318 em razão de um caso não ter sido identificado na base de forma desagregada nas categorias, mas apenas no total do período.

(2) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.

Ocupação	2018					2020					
	Amarelos	Branco ⁽¹⁾	Indígenas	Pardo	Preto	Amarelos	Branco	Indígenas	Pardo	Preto	Sem Informação
Total	5	673	-	646	145	12	3.304	8	2.973	833	128
Polícia Civil/Federal/Rodoviária Federal ⁽²⁾	1	156	-	95	16	3	556	2	403	93	23
Polícia Militar	2	312	-	349	80	6	1.665	3	1.680	491	65
Bombeiro Militar	1	48	-	67	18	2	153	-	141	40	9
FFAA	1	156	-	135	31	1	930	3	749	209	31

[Continua](#)

Ocupação	Total do Período					
	Amarelos	Brancos ⁽¹⁾	Indígenas	Pardo	Preto	Sem informação
Total	46	7.727	22	7.177	1.829	128
Polícia Civil/Federal/Rodoviária Federal ⁽²⁾	13	1.477	5	985	215	23
Polícia Militar	24	3.856	11	4.130	1.052	65
Bombeiro Militar	3	501	1	473	130	9
FFAA	6	1.892	5	1.589	432	31

Fonte: FGV CEPESPDATA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna, podendo existir diferenças entre as carreiras militares, que utilizam os mesmos postos e patentes

(1) A soma da coluna do total de homens da coluna totaliza 1.318 em razão de um caso não ter sido identificado na base de forma desagregada nas categorias, mas apenas no total do período.

(2) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.



TABELA 59
Número de integrantes de Forças de Segurança eleitos segundo Cor/Raça
Brasil – 2014-2018

Ocupação	2014					2016				
	Amarelos	Brancos	Indígenas	Pardo	Preto	Amarelos	Brancos	Indígenas	Pardo	Preto
Total	-	22	-	15	3	3	442	4	320	60
Polícia Civil/Federal/Rodoviária Federal ⁽¹⁾	-	10	-	2	-	-	124	2	67	6
Polícia Militar	-	11	-	8	3	3	208	2	185	36
Bombeiro Militar	-	-	-	1	-	-	19	-	7	3
FFAA	-	1	-	4	-	-	91	-	61	15

Continua

Fonte: FGV CEPESDATA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna, podendo existir diferenças entre as carreiras militares, que utilizam os mesmos postos e patentes

(-) Fenômeno inexistente.

(1) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.

Ocupação	2018					Total do Período				
	Amarelos	Branços	Indígenas	Pardo	Preto	Amarelos	Branços	Indígenas	Pardo	Preto
Total	1	70	-	38	7	4	534	4	373	70
Polícia Civil/Federal/ Rodoviária Federal ⁽¹⁾	-	21	-	11	-	-	155	2	80	6
Polícia Militar	1	33	-	20	3	4	252	2	213	42
Bombeiro Militar	-	2	-	1	-	-	21	-	9	3
FFAA	-	14	-	6	4	-	106	-	71	19

TABELA 60

Número de integrantes de Forças de Segurança Candidatos por Unidade da Federação
Brasil e Unidades da Federação – 2010-2020

UF	2010					2012				
	Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽¹⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas	Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽¹⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas
BRASIL	1037	157	561	74	245	7486	1225	4249	478	1534
AC	17	1	13	2	1	53	15	24	0	14
AL	19	4	10	1	4	207	25	145	4	33
AM	22	4	14	0	4	155	14	99	2	40
AP	19	5	10	2	2	41	20	18	0	3
BA	46	10	29	1	6	516	83	351	10	72
CE	37	3	27	2	5	290	28	188	15	59
DF	90	9	51	15	15	0	0	0	0	0
ES	20	4	14	0	2	131	16	82	3	30
GO	37	4	20	2	11	410	43	251	26	90
MA	10	2	3	1	4	217	22	131	14	50
MG	95	17	53	8	17	989	141	556	58	234
MS	16	2	7	1	6	124	21	44	10	49
MT	12	0	9	0	3	148	30	86	5	27
PA	29	7	13	1	8	226	32	126	19	49
PB	19	1	16	0	2	181	25	116	4	36
PE	54	8	32	2	12	430	65	286	8	71
PI	18	2	11	0	5	127	27	69	1	30
PR	39	4	18	4	13	353	45	206	34	68
RJ	185	15	67	25	78	783	67	414	134	168
RN	10	0	5	1	4	170	16	123	4	27
RO	26	6	13	1	6	93	22	61	3	7
RR	35	9	16	1	9	32	5	11	3	13
RS	28	4	13	1	10	290	64	117	16	93
SC	16	8	6	0	2	194	45	89	24	36
SE	13	0	13	0	0	107	9	78	0	20
SP	105	27	62	3	13	1070	312	479	80	199
TO	20	1	16	0	3	149	33	99	1	16
BR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Continua

Fonte: FGV CEPESDATA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna, podendo existir diferenças entre as carreiras militares, que utilizam os mesmos postos e patentes

(1) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.

UF	2014					2016				
	Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽¹⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas	Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽¹⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas
BRASIL	1161	181	653	136	191	7041	1189	3832	502	1518
AC	34	6	26	1	1	30	7	16	1	6
AL	19	2	14	1	2	107	14	70	2	21
AM	31	6	18	1	6	182	17	102	6	57
AP	32	5	24	2	1	39	12	18	3	6
BA	45	10	32	1	2	514	98	330	18	68
CE	28	5	13	1	9	278	35	199	5	39
DF	122	14	68	25	15	0	0	0	0	0
ES	32	7	16	3	6	169	20	108	8	33
GO	40	8	15	8	9	329	51	200	19	59
MA	28	3	20	3	2	199	18	128	9	44
MG	75	15	43	6	11	797	138	377	60	222
MS	29	6	10	9	4	137	23	63	15	36
MT	18	4	11	0	3	112	23	73	4	12
PA	40	9	15	9	7	287	56	160	23	48
PB	29	2	24	1	2	171	10	110	7	44
PE	49	6	30	5	8	403	69	255	13	66
PI	12	0	9	2	1	125	42	57	2	24
PR	38	12	19	3	4	311	51	154	29	77
RJ	209	20	89	44	56	739	62	389	106	182
RN	19	1	14	0	4	162	26	103	2	31
RO	23	3	18	1	1	60	11	33	4	12
RR	31	4	14	3	10	25	8	8	2	7
RS	36	7	18	1	10	345	58	150	16	121
SC	17	2	11	3	1	173	31	91	21	30
SE	12	0	10	0	2	112	17	65	6	24
SP	88	23	51	3	11	1156	275	533	121	227
TO	25	1	21	0	3	79	17	40	0	22
BR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Continua

UF	2018					2020				
	Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽¹⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas	Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽¹⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas
BRASIL	1469	269	742	134	323	7258	1080	3910	345	1923
AC	22	5	12	3	2	37	10	17	2	8
AL	20	1	10	7	2	126	20	74	5	27
AM	56	9	35	1	11	191	27	109	11	44
AP	31	7	22	1	1	52	8	32	4	8
BA	51	12	27	0	12	398	73	233	7	85
CE	44	8	28	1	7	255	34	171	15	35
DF	106	12	36	28	30	...				
ES	33	8	20	2	3	230	29	148	9	44
GO	57	16	36	1	4	326	44	171	15	96
MA	23	3	12	2	6	192	18	110	12	52
MG	126	28	68	9	21	769	125	351	24	269
MS	34	10	11	3	10	124	16	48	8	52
MT	24	5	10	3	6	163	50	88	7	18
PA	52	15	19	3	15	246	39	121	19	67
PB	33	2	26	1	4	201	18	127	13	43
PE	46	11	18	4	13	326	64	201	8	53
PI	26	6	14	2	4	127	27	78	2	20
PR	49	16	22	5	6	410	78	215	22	95
RJ	244	27	105	35	77	742	59	397	81	205
RN	27	6	13	0	8	142	17	85	3	37
RO	32	6	15	2	8	91	18	46	3	24
RR	29	6	15	3	5	29	9	10	3	7
RS	53	14	13	3	23	369	52	138	10	169
SC	29	6	12	5	6	250	34	130	20	66
SE	33	3	23	2	5	95	17	59	7	12
SP	171	24	109	8	30	1264	177	693	33	361
TO	16	3	10	0	3	103	17	58	2	26
BR	2	0	1	0	1	0	0	0	0	0

Fonte: FGV CEPESPDATA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna, podendo existir diferenças entre as carreiras militares, que utilizam os mesmos postos e patentes

(1) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.



TABELA 61

Número de integrantes de Forças de Segurança Eleitos por Unidade da Federação
Brasil e Unidades da Federação – 2010-2018

UF	2010					2012				
	Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽¹⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas	Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽¹⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas
BRASIL	27	6	17	0	4	848	204	450	25	169
AC	1	0	1	0	0	3	1	0	0	2
AL	0	0	0	0	0	26	6	15	1	4
AM	1	0	1	0	0	16	1	9	0	6
AP	1	0	1	0	0	4	2	2	0	0
BA	2	0	1	0	1	62	8	49	0	5
CE	2	1	0	0	1	24	3	16	1	4
DF	3	2	1	0	0	0	0	0	0	0
ES	0	0	0	0	0	12	3	9	0	0
GO	1	0	1	0	0	60	9	35	0	16
MA	0	0	0	0	0	22	3	15	0	4
MG	2	0	2	0	0	94	16	50	4	24
MS	1	0	1	0	0	17	5	5	1	6
MT	0	0	0	0	0	17	4	9	0	4
PA	0	0	0	0	0	21	5	12	1	3
PB	0	0	0	0	0	34	8	17	2	7
PE	1	0	0	0	1	47	9	27	0	11
PI	1	1	0	0	0	23	5	9	0	9
PR	1	1	0	0	0	40	7	27	2	4
RJ	2	0	1	0	1	65	11	40	6	8
RN	0	0	0	0	0	21	0	15	0	6
RO	0	0	0	0	0	9	2	7	0	0
RR	2	0	2	0	0	1	1	0	0	0
RS	0	0	0	0	0	34	13	8	2	11
SC	1	0	1	0	0	24	12	7	3	2
SE	1	0	1	0	0	14	1	7	0	6
SP	3	1	2	0	0	128	58	46	2	22
TO	1	0	1	0	0	30	11	14	0	5
BR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Continua

Fonte: FGV CEPESDATA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna, podendo existir diferenças entre as carreiras militares, que utilizam os mesmos postos e patentes

(1) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.

UF	2014					2016				
	Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽¹⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas	Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽¹⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas
BRASIL	40	12	22	1	5	829	199	434	29	167
AC	1	0	1	0	0	3	2	1	0	0
AL	0	0	0	0	0	14	4	9	0	1
AM	2	1	1	0	0	13	1	9	0	3
AP	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
BA	3	0	2	0	1	53	11	32	1	9
CE	2	0	1	0	1	39	10	25	0	4
DF	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0
ES	0	0	0	0	0	24	3	14	1	6
GO	3	2	1	0	0	46	8	28	1	9
MA	2	1	1	0	0	20	4	11	1	4
MG	4	1	3	0	0	98	24	51	3	20
MS	1	0	0	0	1	11	3	2	0	6
MT	0	0	0	0	0	21	7	11	0	3
PA	4	1	2	0	1	21	6	11	0	4
PB	0	0	0	0	0	34	4	17	2	11
PE	2	1	1	0	0	53	12	35	0	6
PI	1	0	1	0	0	20	12	4	2	2
PR	1	1	0	0	0	42	8	19	2	13
RJ	2	1	0	1	0	65	9	39	4	13
RN	0	0	0	0	0	19	1	15	0	3
RO	1	0	1	0	0	9	1	5	0	3
RR	3	1	1	0	1	2	2	0	0	0
RS	0	0	0	0	0	38	11	14	3	10
SC	0	0	0	0	0	23	5	10	3	5
SE	1	0	1	0	0	7	1	5	0	1
SP	5	1	4	0	0	140	47	62	6	25
TO	0	0	0	0	0	13	2	5	0	6
BR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Continua

UF	2018				
	Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽¹⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas

BRASIL	116	32	57	3	24
--------	-----	----	----	---	----

AC	1	0	1	0	0
AL	1	0	1	0	0
AM	4	2	2	0	0
AP	0	0	0	0	0
BA	6	0	5	0	1
CE	3	1	1	0	1
DF	4	1	1	1	1
ES	5	3	2	0	0
GO	7	4	3	0	0
MA	0	0	0	0	0
MG	9	3	3	1	2
MS	3	0	2	0	1
MT	2	1	0	0	1
PA	4	3	1	0	0
PB	1	0	1	0	0
PE	4	2	1	0	1
PI	2	0	2	0	0
PR	9	4	4	0	1
RJ	15	4	7	0	4
RN	3	0	2	0	1
RO	5	0	2	0	3
RR	2	0	2	0	0
RS	2	0	0	0	2
SC	4	0	1	1	2
SE	2	1	1	0	0
SP	17	3	12	0	2
TO	0	0	0	0	0
BR	1	0	0	0	1

Fonte: FGV CEPESPDATA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna, podendo existir diferenças entre as carreiras militares, que utilizam os mesmos postos e patentes

(1) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.

TABELA 62**Participação de Candidaturas Policiais no Total de Candidaturas para Cargos de Natureza Eleitoral**
Brasil – 2010-2018

Eleição	Todas as candidaturas ⁽¹⁾	Candidaturas de Policiais	Participação Proporcional dos Policiais
Total do Período	1.607.576	25.452	1,6
2020	551.070	7.258	1,3
2018	29.085	1.469	5,1
2016	496.927	7.041	1,4
2014	26.174	1.161	4,4
2012	481.782	7.486	1,6
2010	22.538	1.037	4,6

Fonte: FGV CEPESPDATA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna

(1) Última consulta ao site do TSE feita em 03/10/2020, às 9:36

TABELA 63

Número de integrantes de Forças de Segurança Candidatos segundo Partido Político
Brasil e Unidades da Federação – 2010-2020

Partido ⁽¹⁾	Espectro Ideológico	2010					2012				
		Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽²⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas	Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽²⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas
Total		1037	157	561	74	254	7486	1225	4249	478	1534
CIDADANIA	Centro-Direita
DEM		38	9	17	0	12	320	53	184	17	66
MDB	
PMDB		36	8	20	2	6	577	131	296	36	114
PP		47	9	25	3	10	420	72	235	28	85
PPS		20	4	11	2	3	286	46	148	21	71
PSD		401	75	225	21	80
PSDB		33	10	17	0	6	493	108	261	28	96
PDT	Centro-Esquerda	47	6	30	1	10	434	79	228	28	99
PSB		55	4	31	3	17	440	74	252	20	94
PV		53	6	31	7	9	308	57	174	15	62
REDE	
AVANTE	Direita
DC	
NOVO	
PATRI	
PATRIOTA	
PEN	
PHS		59	7	24	8	20	176	24	110	14	28
PL	
PMB	
PMN		31	7	19	0	5	157	20	94	8	35
PODE	
PPL		77	7	41	7	22
PR		29	4	14	3	8	380	48	228	33	71
PRB		41	5	19	4	13	282	31	185	14	52
PROS	
PRP		46	9	22	1	14	207	31	124	9	43
PRTB		52	6	21	9	16	168	14	103	12	39
PSC		52	13	26	3	10	330	49	194	22	65
PSDC		30	2	21	3	4	162	25	99	11	27
PSL		82	9	54	7	12	212	23	119	19	51
PT do B		42	4	29	0	9	183	19	108	20	36
PTB		51	10	25	3	13	370	55	211	18	86
PTC		78	6	47	10	15	173	20	114	10	29
PTN		23	4	13	1	5	195	24	114	16	41
REPUBLICANOS	
SD	
SOLIDARIEDADE	
PC do B	Esquerda	26	5	15	2	4	217	47	126	15	29
PCB		3	0	1	0	2	8	0	4	2	2
PSOL		34	4	15	2	13	88	11	48	14	15
PSTU		9	1	0	1	0	0
PT		29	6	14	0	9	421	82	223	20	96

Continua

Fonte: FGV CEPESPDAT; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna

(1) Siglas que mudaram de nome estão duplicadas para manter a nomenclatura de cada pleito

(2) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.

Partido ⁽¹⁾	Espectro Ideológico	2014					2016				
		Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽²⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas	Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽²⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas
Total		1161	181	653	136	191	7041	1189	3832	502	1518
CIDADANIA	Centro-Direita
DEM		38	7	23	3	5	285	45	164	17	59
MDB	
PMDB		31	7	15	5	4	490	94	268	23	105
PP		33	4	20	4	5	362	67	196	22	77
PPS		29	6	12	5	6	287	59	160	23	45
PSD		25	5	15	4	1	394	85	200	31	78
PSDB		29	7	16	2	4	449	94	208	32	115
PDT	Centro-Esquerda	49	7	34	1	7	339	57	179	21	82
PSB		45	7	27	3	8	382	53	209	26	94
PV		25	7	14	2	2	252	53	138	16	45
REDE							73	18	37	8	10
AVANTE	Direita
DC	
NOVO		3	0	1	1	1
PATRI	
PATRIOTA	
PEN		54	6	30	6	12	186	24	104	23	35
PHS		80	10	44	13	13	201	27	123	14	37
PL						
PMB							102	15	61	10	16
PMN		28	5	17	3	3	150	13	84	18	35
PODE						
PPL		20	3	6	4	7	69	8	51	2	8
PR		66	8	38	9	11	312	41	189	16	66
PRB		36	7	13	7	9	274	48	139	23	64
PROS		39	5	22	7	5	165	20	97	11	37
PRP		49	8	31	5	5	152	15	89	12	36
PRTB		62	6	37	6	13	128	13	75	10	30
PSC		38	8	25	1	4	311	50	161	24	76
PSDC		60	13	32	6	9	164	27	91	13	33
PSL		34	1	24	2	7	166	27	87	14	38
PT do B		47	3	26	13	5	134	21	72	18	23
PTB		40	7	26	1	6	291	60	145	18	68
PTC		34	4	16	4	10	168	33	101	7	27
PTN		40	8	16	8	8	173	21	109	9	34
REPUBLICANOS						
SD		41	5	23	6	7	243	29	131	18	65
SOLIDARIEDADE						
PC do B	Esquerda	30	6	14	2	8	118	23	62	8	25
PCB		1	0	1	0	0	1	0	1	0	0
PSOL		32	5	22	2	3	62	13	30	7	12
PSTU		1	0	1	0	0	2	0	0	1	1
PT		25	6	13	2	4	153	36	70	6	41

Continua

Partido ⁽¹⁾	Espectro Ideológico	2018					2020				
		Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽²⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas	Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽²⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas
Total		1469	268	743	134	323	7258	1080	3910	345	1923
CIDADANIA	Centro-Direita	215	37	109	13	56
DEM		23	3	9	1	10	380	60	206	17	97
MDB		36	9	14	1	12	435	67	227	19	122
PMDB	
PP		32	7	18	1	6	419	76	214	13	116
PPS		35	9	16	5	5
PSD		27	9	11	2	5	455	72	260	12	111
PSDB		27	6	12	3	6	286	53	151	9	73
PDT	Centro-Esquerda	41	15	19	3	4	243	50	115	17	61
PSB		33	10	16	3	4	252	52	135	7	58
PV		26	4	14	2	6	153	23	79	5	46
REDE		31	7	21	2	1	38	5	25	2	6
AVANTE	Direita	61	10	29	14	8	255	32	153	17	53
DC		44	6	17	1	20	114	22	59	5	28
NOVO		11	2	1	2	6	6	3	3	...	0
PATRI		88	8	50	7	23
PATRIOTA		371	40	206	17	108
PEN	
PHS		64	12	42	3	7
PL		409	46	253	22	88
PMB		27	1	14	5	7	61	4	37	6	14
PMN		53	5	33	2	13	87	13	45	4	25
PODE		39	11	19	4	5	315	56	165	13	81
PPL		27	5	12	4	6
PR		41	8	21	6	6
PRB		37	4	17	3	13
PROS		62	13	28	6	15	180	21	102	15	42
PRP		52	4	29	8	11
PRTB		65	5	36	10	14	281	26	137	11	107
PSC		41	10	22	3	6	278	45	143	14	76
PSDC	
PSL		282	45	144	18	74	683	83	369	32	199
PT do B	
PTB		29	8	9	5	7	298	43	157	17	81
PTC		50	7	31	5	7	137	26	68	3	40
PTN	
REPUBLICANOS		457	50	270	24	113
SD	
SOLIDARIEDADE		42	10	24	3	5	239	34	129	16	60
PC do B	Esquerda	7	3	2	0	2	47	5	26	5	11
PCB		1	0	1	0	0
PSOL		19	10	6	0	3	27	8	11	1	7
PSTU		1	1	0
PT		16	2	6	2	6	136	28	56	8	44

Fonte: FGV CEPESPDAT; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna

(1) Siglas que mudaram de nome estão duplicadas para manter a nomenclatura de cada pleito

(2) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.



TABELA 64

Número de integrantes de Forças de Segurança Eleitos segundo Partido Político
Brasil e Unidades da Federação – 2010-2018

Partido ⁽¹⁾	Espectro Ideológico	2010					2012				
		Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽²⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas	Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽²⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas
Total		27	6	17	0	4	848	204	450	25	169
CIDADANIA	Centro-Direita
DEM		0	0	0	0	0	35	7	19	2	7
MDB	
PMDB		1	1	0	0	0	103	29	48	2	24
PP		1	0	1	0	0	55	9	30	2	14
PPS		1	0	1	0	0	33	9	17	0	7
PSD		61	17	32	1	11
PSDB		2	1	1	0	0	77	31	33	1	12
PDT	Centro-Esquerda	5	1	4	0	0	55	15	25	2	13
PSB		1	0	1	0	0	55	9	31	1	14
PV		22	6	12	1	3
REDE	
AVANTE	Direita
DC	
NOVO	
PATRI	
PATRIOTA	
PEN	
PHS		0	0	0	0	0	12	3	7	0	2
PL	
PMB	
PMN		0	0	0	0	0	15	2	12	0	1
PODE	
PPL		4	0	4	0	0
PR		2	0	1	0	1	51	7	29	4	11
PRB		2	0	1	0	1	23	3	14	0	6
PROS	
PRP		0	0	0	0	0	12	3	8	0	1
PRTB		1	0	1	0	0	9	1	4	0	4
PSC		2	1	1	0	0	30	7	15	1	7
PSDC		0	0	0	0	0	7	2	3	0	2
PSL		2	1	1	0	0	14	2	8	2	2
PT do B		1	0	0	0	1	14	1	10	0	3
PTB		1	0	1	0	0	59	13	31	0	15
PTC		0	0	0	0	0	13	1	11	0	1
PTN		1	0	0	0	1	14	3	10	1	0
REPUBLICANOS	
SD	
SOLIDARIEDADE	
PC do B	Esquerda	2	1	1	0	0	18	7	7	2	2
PCB		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PSOL		0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
PSTU		0	0	0	0	0
PT		2	0	2	0	0	56	16	30	3	7

Continua

Fonte: FGV CEPESPDAT; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna

(1) Siglas que mudaram de nome estão duplicadas para manter a nomenclatura de cada pleito

(2) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.

Partido ⁽¹⁾	Espectro Ideológico	2014					2016				
		Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽²⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas	Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽²⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas
Total		40	12	22	1	5	829	199	434	29	167
CIDADANIA	Centro-Direita
DEM		1	0	1	0	0	41	10	25	1	5
MDB	
PMDB		2	1	1	0	0	103	24	52	3	24
PP		2	1	1	0	0	67	18	30	1	18
PPS		28	8	13	0	7
PSD		5	2	3	0	0	59	14	32	6	7
PSDB		4	1	2	0	1	67	21	27	4	15
PDT	Centro-Esquerda	2	0	2	0	0	38	13	18	1	6
PSB		1	0	1	0	0	52	9	24	7	12
PV		30	9	17	0	4
REDE		3	1	2	0	0
AVANTE	Direita
DC	
NOVO	
PATRI	
PATRIOTA	
PEN		11	0	10	0	1
PHS		16	1	10	0	5
PL	
PMB		9	2	4	0	3
PMN		13	2	9	0	2
PODE	
PPL		2	1	1	0	0
PR		5	1	3	0	1	39	8	24	0	7
PRB		1	1	0	0	0	27	6	16	0	5
PROS		2	0	1	0	1	15	2	10	0	3
PRP		1	0	1	0	0	14	4	9	0	1
PRTB		1	0	1	0	0	9	3	3	0	3
PSC		1	0	1	0	0	24	8	11	0	5
PSDC		9	0	7	0	2
PSL		1	0	1	0	0	12	2	4	1	5
PT do B		1	0	1	0	0	13	3	6	1	3
PTB		2	1	1	0	0	38	10	15	1	12
PTC		13	5	8	0	0
PTN		1	1	0	0	0	21	4	14	2	1
REPUBLICANOS	
SD		1	1	0	0	0	29	4	19	1	5
SOLIDARIEDADE	
PC do B	Esquerda	2	1	0	0	1	9	2	6	0	1
PCB	
PSOL		1	0	0	1	0
PSTU	
PT		3	1	1	0	1	18	5	8	0	5

Continua

Partido ⁽¹⁾	Espectro Ideológico	2018				
		Total	Polícia Civil/ Federal/ Rodoviária Federal ⁽²⁾	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Forças Armadas
Total		116	32	57	3	24
CIDADANIA	Centro-Direita
DEM	
MDB	
PMDB	
PP		8	3	5	0	0
PPS	
PSD		6	3	3	0	0
PSDB		1	0	1	0	0
PDT	Centro-Esquerda	2	1	1	0	0
PSB		2	1	0	1	0
PV		2	1	1	0	0
REDE		3	2	1	0	0
AVANTE	Direita	2	0	2	0	0
DC		1	0	0	0	1
NOVO	
PATRI		2	0	1	1	0
PATRIOTA	
PEN	
PHS		1	0	1	0	0
PL	
PMB	
PMN	
PODE	
PPL	
PR		7	2	5	0	0
PRB		2	0	2	0	0
PROS		5	1	2	0	2
PRP		2	1	1	0	0
PRTB		1	0	1	0	0
PSC		3	0	1	0	2
PSDC	
PSL		58	15	25	1	17
PT do B	
PTB		3	1	1	0	1
PTC	
PTN	
REPUBLICANOS	
SD	
SOLIDARIEDADE		1	0	0	0	1
PC do B	Esquerda	1	0	1	0	0
PCB	
PSOL	
PSTU	
PT		3	1	2	0	0

Fonte: FGV CEPESPDAT; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna

(1) Siglas que mudaram de nome estão duplicadas para manter a nomenclatura de cada pleito

(2) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.

TABELA 65

Número de integrantes de Forças de Segurança Candidatos e Eleitos por cargo – Eleições Municipais
Brasil – 2012-2016

Ocupação	2012						2016					
	Total		Prefeito		Vereador		Total		Prefeito		Vereador	
	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos
Total	7486	848	164	28	7322	820	7041	829	221	36	6820	793
Polícia Civil/Federal/Rodoviária Federal ⁽¹⁾	1225	204	40	11	1185	193	1189	199	61	12	1128	187
Polícia Militar	4249	450	84	10	4165	440	3832	434	99	11	3733	423
Bombeiro	478	25	6	-	472	25	502	29	6	1	496	28
FFAA	1534	169	34	7	1500	162	1518	167	55	12	1463	155

Fonte: FGV CEPESPDATA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna, podendo existir diferenças entre as carreiras militares, que utilizam os mesmos postos e patentes

(-) Fenômeno inexistente.

(1) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.

TABELA 66

Número de integrantes de Forças de Segurança Candidatos e Eleitos – Eleições Gerais
Brasil – 2010, 2014 e 2018

Ocupação	2010							
	Governador		Senador		Deputado Federal		Deputado Estadual	
	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos
Total	5	-	3	-	306	3	723	24
Polícia Civil/Federal/Rodoviária Federal ⁽¹⁾	-	-	-	-	43	3	114	3
Polícia Militar	3	-	-	-	154	-	404	17
Bombeiro	-	-	-	-	23	-	51	-
FFAA	2	-	3	-	86	-	154	4

Continua

Fonte: FGV CEPESPDATA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna, podendo existir diferenças entre as carreiras militares, que utilizam os mesmos postos e patentes

(-) Fenômeno inexistente

(1) A soma da coluna do total de candidatos a deputado estadual em 2018 totaliza 993 em razão de um caso não ter sido identificado na base de forma desagregada nas categorias, mas apenas no total do período.

(2) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.

Ocupação	2014							
	Governador		Senador		Deputado Federal		Deputado Estadual	
	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos
Total	2	-	6	-	302	13	851	27
Polícia Civil/Federal/Rodoviária Federal ⁽¹⁾	-	-	1	-	45	5	135	7
Polícia Militar	2	-	4	-	170	7	477	15
Bombeiro	-	-	-	-	35	1	101	-
FFAA	-	-	1	-	52	-	138	5

[Continua](#)

Ocupação	2018							
	Governador		Senador		Deputado Federal		Deputado Estadual	
	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos ⁽¹⁾	Eleitos
Total	10	2	11	5	453	28	993	80
Polícia Civil/Federal/Rodoviária Federal ⁽¹⁾	-	-	3	2	75	6	190	24
Polícia Militar	6	-	5	3	236	16	495	38
Bombeiro	1	1	1	-	34	1	98	1
FFAA	3	1	2	-	108	5	209	17

Fonte: FGV CEPESPDATA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados do TSE

Nota: coleta feita pela ocupação declarada e pelo nome do candidato na urna, podendo existir diferenças entre as carreiras militares, que utilizam os mesmos postos e patentes

(-) Fenômeno inexistente

(1) A soma da coluna do total de candidatos a deputado estadual em 2018 totaliza 993 em razão de um caso não ter sido identificado na base de forma desagregada nas categorias, mas apenas no total do período.

(2) A categoria agrega policiais civis e federais/rodoviários federais já que na base do TSE não consta a ocupação Polícia Federal/Rodoviária Federal. Assim sendo, como nas três organizações podem existir os mesmos cargos (delegado, agente, etc.), foram todos incluídos na mesma variável.

